

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.719 - RS (2020/0306876-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **FERNANDO ADELAR WATHIER**
ADVOGADOS : **CINTIA PINTO TEIXEIRA - RS097839**
: **CRISTIANO HUFF - RS105845**
AGRAVADO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por FERNANDO ADELAR WATHIER contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

ADUANEIRO. PENA DE PERDIMENTO DE VEÍCULO.

1. Caso em que a camionete continha nove aparelhos de ar-condicionado.
2. Nítida a destinação comercial das mercadorias, impondo-se o perdimento do veículo utilizado para a prática da infração.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega que o perdimento do veículo, na hipótese, mostra-se desproporcional e desarrazoado, pois o valor das mercadorias é inferior ao valor do bem cujo perdimento foi decretado, trazendo o seguinte argumento:

Muito embora haja previsão legal para o perdimento do veículo, a aplicação desta medida de gravidade extrema e desnecessária, sob o ponto de vista lógico, fere em demasia os princípios basilares da constituição federal expressos e tácitos.

[...]

Cumprе observar, Excelências, que a fundamentação utilizada pela 2ª Turma Recursal para provimento da apelação interposta pela União baseou-se Na “nítida destinação comercial das mercadorias”, uma vez que foram apreendidos nove aparelhos de ar condicionados.

Entretanto, Excelências, cumpre consignar que de propriedade do Autor somente quatro aparelhos foram registrados no auto de infração, sendo os demais de propriedade de seu acompanhante na viagem, Sr. Ricardo Bedin.

Importantíssimo consignar, ainda, que a destinação dos aparelhos, ainda que fosse comercial – hipótese que ora se admite por amor ao debate – não ilide ou afasta a desproporcionalidade

da pena de perdimento do bem, uma vez que a legislação tributária nada fala a respeito da finalidade/destinação da mercadoria, tão pouco a jurisprudência a considerada a fim de reconhecer a desproporcionalidade da medida.

Por todo o exposto, resta evidente que é plenamente cabível a modificação do acórdão atacado, para dar total procedência aos pedidos autorais e restituir, em definitivo, o veículo do Autor, afastando a pena de perdimento do bem, em homenagem ao Princípio da Proporcionalidade. (fls. 195-201).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, destaca-se que para a pretensão recursal incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESP n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ademais, o acórdão recorrido assim decidiu:

Com a vênua do i. Relator, vou divergir porque não é crível que um cidadão lote a caçamba de uma camionete F1000 antiga, ano 1991, com nove aparelhos de ar condicionado, dizendo que é

para uso próprio e de uma outra pessoa que o acompanhava.
A destinação comercial das mercadorias é nítida, impondo-se o
perdimento do veículo utilizado para a prática da infração. (fl.
157)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de
simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o
acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo
fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a
análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório,
sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias
ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP,
relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp
1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de
1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos
Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN,
relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt
nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves,
Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno
do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do
recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro
os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o
valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os
limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem
como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente